



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 975, DE 2021

Altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 (PAT), para permitir a possibilidade de o trabalhador efetuar a portabilidade do seu crédito para outra prestadora de serviço de alimentação coletiva.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Inclua-se o seguinte § 2º ao art. 3º-A da Lei nº 6.321/1976, introduzido pelo art.1º do projeto, com a seguinte redação (renumerando-se o atual parágrafo único):

Art. 3º-A.

§ 2º Compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, ouvido o Ministério do Trabalho e Previdência, regulamentar os aspectos tributários relacionados ao disposto neste artigo.

JUSTIFICATIVA

O projeto não estipula as repercussões tributárias da medida que propõe. Quando se exercer a portabilidade do valor do benefício de alimentação pelo trabalhador, o empregador permanece com o incentivo fiscal que lhe foi concedido?

Se por algum motivo a empresa escolhida pelo trabalhador desaparecer com os recursos dos empregados, o empregador que concedeu o benefício precisará repor essas perdas, mesmo não tendo dado causa ao desvio? E, em caso afirmativo, como será o tratamento tributário dessas ocorrências? O empregador poderá deduzir o valor do aporte adicional feito pelo ressarcimento do prejuízo provocado pela eventual má escolha pelo empregado da empresa de solução de alimentação?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

É certo que, com a aprovação do projeto como está, surgirão em cada esquina empresas interessadas em seduzir os trabalhadores para que a elas transfiram esses recursos. Desavisados, podem cair em armadilhas. Será feita alguma exigência para se evitar esse risco?

Por isso, a regulamentação para dirimir essas questões é necessária. Esse é o escopo da presente emenda.

Sala da Comissão, de agosto de 2021.

Deputado ELI CORRÊA FILHO

DEM – SP

